

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.452.138 - PR (2019/0051930-3)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : ANDRADE BERALDO
ADVOGADO : ÁUDRIA MARTINS TRÍDICO JUNQUEIRA - SP138045
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de agravo de ANDRADE BERALDO contra decisão proferida no TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ – TJPR que não admitiu o seu recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal – CF.

Consta dos autos que o agravante foi condenado pela prática do delito tipificado no art. 121, § 2º, II, do Código Penal – CP (homicídio qualificado), à pena de 12 anos de reclusão, em regime inicial fechado (fls. 729/730).

A defesa interpôs recurso de apelação que foi desprovido. O acórdão ficou assim ementado:

APELAÇÃO CRIME - CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO POR MOTIVO FÚTIL (CP, ART. 121, §2º, II) - CONCURSO DE PESSOAS - SENTENÇA CONDETÓRIA - PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO SUSCITADA PELA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA - AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL QUE FUNDAMENTA O APELO DO RÉU - VIOLAÇÃO AO ENUNCIADO DA SÚMULA 713 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - INOCORRÊNCIA - DELIMITAÇÃO DO INCOFORMISMO POR MEIO DAS RAZÕES RECURSAIS - APRESENTAÇÃO EXTEMPORÂNEA DAS RAZÕES RECURSAIS - MERA IRREGULARIDADE QUE NÃO IMPEDE O CONHECIMENTO DO RECURSO - RECURSO DE DEFESA - PRELIMINAR - NULIDADE DE JULGAMENTO - MANIFESTAÇÃO INDEVIDA POR PARTE DA GENITOR A DA VÍTIMA DURANTE A SESSÃO PLENÁRIA - AUSÊNCIA DE PREJUÍZO - ARGUIÇÃO QUE DEVERIA TER SIDO FEITA PELA DEFESA NA PRIMEIRA OPORTUNIDADE QUE SE AFIGURASSE POSSÍVEL FAZÊ-LO E NÃO FOI FEITA - PRECLUSÃO (CPP, ART. 571, VII) - MÉRITO - ALEGAÇÃO DE NULIDADE DO JULGAMENTO POR SE FAZER MANIFESTAMENTE CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS - RECONHECIMENTO DA QUALIFICADORA DE MOTIVO FÚTIL - OPÇÃO DO CONSELHO DE SENTENÇA POR VERTENTE

Superior Tribunal de Justiça

PROBATÓRIA CONSISTENTE NOS AUTOS - DECISÃO REFORMADA - RECURSO NÃO PROVIDO (fl. 843)

Em sede de recurso especial, a defesa aponta preliminarmente ter havido vício insanável em plenário do Tribunal do Júri, eis que a mãe da vítima, visivelmente abalada, interrompeu a fala da defesa proferindo escândalo e xingamentos ao recorrente e ao seu advogado. Entende que tal conduta influenciou em parcialidade dos jurados, ferindo os princípios da dignidade da pessoa humana e da verdade real (art. 1º, III, da CF). Pretende a anulação do julgamento, com desaforamento, na forma do art. 427 do Código de Processo Penal – CPP.

Noutro tópico, a defesa alegou violação ao art. 593, III, d, do CPP, porquanto o Tribunal de origem manteve a condenação pelo delito qualificado, embora inexistente prova nos autos. Destaca que as testemunhas eram parciais e que houve briga iniciada pela vítima antes do delito. Requereu a condenação por homicídio simples.

Contrarrazões (fls. 883/890).

A r. decisão agravada não admitiu o recurso especial haja vista: a) fundamentação deficiente, conforme súmula 284 do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF; b) ausência de prequestionamento, conforme súmulas 211 do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ e 282 do STF; c) o óbice do revolvimento fático-probatório, conforme Súmula 7 do STJ; e d) acórdão de acordo com entendimento do STJ, conforme Súmula 83 do STJ (fls. 895/900).

Em agravo em recurso especial, a defesa refutou os referidos óbices (fls. 910/917).

Contraminuta às fls. 923/924.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF opinou pelo não conhecimento ou pelo desprovimento do agravo em recurso especial (fls. 961/967).

É o relatório. Decido.

Atendidos os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

De início, não cabe em sede de recurso especial a análise de violação a princípios e dispositivos constitucionais. Cito precedente:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL.

Superior Tribunal de Justiça

DIREITO PENAL. CRIME MILITAR. EXTRAVIO CULPOSO DE ARMAMENTO. ARTS. 265 E 266 DO CÓDIGO PENAL MILITAR. RECONHECIMENTO DE PECULATO CULPOSO. PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE. MILITAR DE FOLGA. NEGLIGÊNCIA NO ACAUTELAMENTO DA ARMA. POSTERIOR RESTITUIÇÃO DO BEM. IRRELEVÂNCIA. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. STF.

1. À luz do princípio da especialidade, o caso em exame se amolda suficientemente ao tipo descrito nos arts. 265 e 266, ambos do Código Penal Militar, em razão do extravio de armamento da corporação, por intermédio de conduta culposa.

2. A violação de preceitos, de dispositivos ou de princípios constitucionais revela-se quaestio afeta à competência do Supremo Tribunal Federal, provocado pela via do extraordinário; motivo pelo qual não se pode conhecer do recurso especial nesse aspecto, em função do disposto no art. 105, III, da Constituição Federal.

3. O agravo regimental não merece prosperar, porquanto as razões reunidas na insurgência são incapazes de infirmar o entendimento assentado na decisão agravada.

4. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1759904/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe 26/11/2018)

Sobre a nulidade da sessão de julgamento, a fundamentação do recurso especial está deficiente, pois não indicado o dispositivo de lei federal violado. Destarte, o recurso especial não pode ser conhecido, sendo aplicável a Súmula 284 do STF. No mesmo sentido, cito precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ARTS. 241-A E 241-B, AMBOS DA LEI N. 8.069/1990 (ECA). VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ABSOLVIÇÃO, DOSIMETRIA E REGIME INICIAL. DISPOSITIVOS OFENDIDOS NÃO INDICADOS. SÚMULA N. 284 DO STF. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 1.022, II, DO CPC/2015. FUNDAMENTO NÃO COMBATIDO. SÚMULA N. 182 DO STJ. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. CABIMENTO. ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. AGRAVO REGIMENTAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.

[...]

2. A defesa não indicou, em relação aos pedidos de absolvição, redução da pena e alteração do regime prisional, de forma clara e precisa, os dispositivos legais supostamente ofendidos, o que atrai a incidência da Súmula n. 284 do STF.

Superior Tribunal de Justiça

[...]

5. Agravo regimental parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido (AgRg nos EDcl no AREsp 1253654/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 22/08/2018).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DOIS RECURSOS INTERPOSTOS CONTRA A MESMA DECISÃO. PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. JULGAMENTO APENAS DO PRIMEIRO. CRIME DE CONCUSSÃO EM CONCURSO DE PESSOAS. FUNCIONÁRIO PÚBLICO. ELEMENTAR DO TIPO RELATIVA A CORRÊU POLICIAL QUE SE COMUNICA AO PARTÍCIPE NÃO DETENTOR DE CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA. ART. 30 DO CP. POSSIBILIDADE. DELITO DE QUADRILHA OU BANCO. ABSOLVIÇÃO. REEXAME DE PROVAS. ÓBICE DA SÚMULA N. 7/STJ. DOSIMETRIA DA PENA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS VIOLADOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 284/STF.

[...]

4. A admissibilidade do recurso especial exige a clara indicação dos dispositivos supostamente vulnerados, o que não se observou na hipótese em testilha, circunstância que atrai a incidência do Enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

5. Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp 1485780/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 09/05/2018).

Sobre a violação ao art. 427 do CPP, verifica-se que a questão não foi tratada pelo Tribunal de origem. Assim, o recurso não deve ser conhecido em razão da ausência de prequestionamento, motivo pelo qual incidentes, por analogia, as Súmulas 282 e 356/STF. No mesmo sentido, cito precedente:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA AOS ARTS. 4º, CAPUT, DA LEI Nº 7.492/86, E 62, I, DO CP. TESE JURÍDICA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF E 356/STF. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 4º, CAPUT, E 25, AMBOS DA LEI Nº 7.492/86. CRIME DE GESTÃO FRAUDULENTA. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE TERCEIRO NO DELITO. ART. 29 DO CÓDIGO PENAL. ARESTO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DO STJ. CONTRARIEDADE AO ART. 59 DO CP. DOSIMETRIA. PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. VEDAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

Superior Tribunal de Justiça

1. Para que se configure o prequestionamento, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal. (AgRg no AREsp 454.427/SP, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 19/02/2015)

[...]

5. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no AREsp 1061456/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 28/11/2017).

Ressalte-se que o prequestionamento é necessário também para o reconhecimento de nulidades absolutas. Cito precedente:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL QUE NÃO IMPUGNOU OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ QUANTO À MATÉRIA. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF E 356/STF. INÉPCIA DA DENÚNCIA. TESE SUPERADA COM A SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. ACÓRDÃO RECORRIDO DE ACORDO COM O ENTENDIMENTO DO STJ. SÚMULA 568/STJ. AGRAVO REGIMENTAL PARCIALMENTE CONHECIDO, E NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.

[...]

2. Mesmo se tratando de nulidades absolutas e condições da ação, é imprescindível o prequestionamento, pois este é exigência indispensável ao conhecimento do recurso especial, fora do qual não se pode reconhecer sequer matéria de ordem pública, passível de conhecimento de ofício nas instâncias ordinárias. Súmulas 282/STF e 356/STF.

[...]

4. Agravo regimental parcialmente conhecido, e nessa extensão, não provido (AgRg no AREsp 1229976/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 29/06/2018).

Sobre a violação ao art. 593, III, d, do CPP, o Tribunal de origem manteve a condenação pelo motivo fútil porque a tese da acusação acolhida pelos jurados encontra respaldo mínimo em provas produzidas em plenário. Cito trecho:

Pretende o Réu a reforma do decreto condenatório

Superior Tribunal de Justiça

exarado, sob o fundamento de que a decisão do Conselho de Sentença é manifestamente contrária à prova dos autos, já que não há elementos comprovando a presença da qualificadora de "motivo fútil.

Colhe-se, da análise dos autos, que a decisão do e. Tribunal do Júri encontra amparo em vertente do conjunto probatório, razão pela qual merece ser mantida, em respeito à soberania do Júri Popular. E isto porque, conforme já decidido pelo Supremo Tribunal Federal, verificando-se a dualidade de versões verossímeis e havendo o Conselho de Sentença optado por uma delas, não incorre ao Tribunal determinar a realização de novo julgamento¹.

Rendidas as devidas homenagens ao esforço da defesa no declínio de suas razões recursais, na espécie, é exatamente isso que ocorre.

Especificamente, no tocante a qualificadora de motivo fútil, verifica-se que não merece acolhida, ao menos nesta fase processual, o pleito da defesa, vez que tal circunstância encontra lastro mínimo probatório nos autos.

É que exsurge do conjunto probatório, notadamente dos depoimentos das testemunhas Camila Adailson da Silva (mov. 98.2), Fernando Lúcio Barbosa (mov. 98.3), Luiz Fernando Borges (mov. 98.5) e YVilliam Osinaga (mov. 98.6), que o réu Andrade Beraldo foi autor dos disparos contra a vítima Tiago, confirmando que o motivo do crime foi uma brincadeira do ofendido, em meio a uma festa.

A versão acolhida pelo Conselho de Sentença encontra respaldo na prova oral produzida em plenário. Ao que consta do conjunto probatório, portanto, há provas apontando, com contundência, para o Apelante como autor dos fatos criminosos apurados nos presentes autos, razão por que não se verifica a pretendida contrariedade.

Por tais razões, ao contrário do que pretende o apelo dos Réus, não se pode dizer que a decisão condenatória dos jurados seja arbitrária, totalmente dissociada do conjunto probatório, vez que está amparada em uma das vertentes probatórias produzidas nos autos.

Dessa forma, para que se reconheça error in indicando, na decisão proferida pelo Tribunal do Júri, é imprescindível que o veredicto se revele arbitrário, aberrante, integralmente dissociado do conjunto probatório, o que não se verifica no caso (fls. 847/848).

Logo, não estando a decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos, deve ser mantida a condenação pelo delito qualificado. Cabe destacar que, para se entender de modo diverso, seria necessário o revolvimento fático-probatório, vedado conforme Súmula 7 do STJ. No mesmo sentido, cito precedentes:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. DOSIMETRIA DA PENA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. LEGÍTIMA DEFESA. CONFIGURAÇÃO.

Superior Tribunal de Justiça

QUALIFICADORA DO MOTIVO FÚTIL. SÚMULA N. 7/STJ. QUESITAÇÃO.

[...]

2. O veredicto do Tribunal do Júri somente será passível de cassação quando for manifestamente contrário à prova dos autos, situação que não ocorre na espécie.

3. Ademais, os pleitos de reconhecimento da legítima defesa e de afastamento da qualificadora do motivo torpe esbarram no óbice imposto pela Súmula n. 7 desta Corte.

[...]

5. Agravo regimental desprovido (AgRg no AREsp 1115353/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 18/02/2019).

REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. ACÓRDÃO FUNDAMENTADO. DECISÃO CONTRÁRIA AOS INTERESSES DA PARTE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA.

[...]

TRIBUNAL DO JÚRI. HOMICÍDIO QUALIFICADO POR MOTIVO FÚTIL. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA ÀS PROVAS DOS AUTOS. AFASTAMENTO DAS PREMISSAS DO JULGADO. MOTIVO FÚTIL. EXCLUSÃO DA QUALIFICADORA. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA N. 7/STJ. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.

1. Na hipótese, o Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos fáticos da lide, entendeu que o Conselho de Sentença não decidiu manifestamente em confronto com as provas dos autos, tendo simplesmente optado por uma das versões apresentadas em plenário. Ou seja, o Tribunal do Júri entendeu que não houve a comprovação da legítima defesa, e que o crime foi cometido por motivo fútil, porque precedido de um desentendimento entre réu e vítima por causa de uma partida de sinuca.

2. Para que fosse possível o afastamento dos fundamentos do aresto objurgado para fins de acolhimento da pretensão recursal seria imprescindível o reexame de provas, o que é defeso no âmbito do recurso especial, ante a previsão contida na Súmula n. 7 desta Corte .

3. Agravo regimental desprovido (AgRg no AREsp 592.705/PR, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 14/03/2018).

Diante do exposto, admito o agravo em recurso especial, conheço em parte do recurso especial e, com fundamento na súmula 568 do STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

